

A esquerda anti-sionista e o mito da ocupação

A mais recente versão do mito da ocupação, ao contrário da primeira, elaborada pelos regimes monárquicos do Oriente Médio e pelo clero islâmico, desenvolveu-se a partir da criação da Organização de Libertação da Palestina, fundada em 1964 sob os auspícios do Egito e da Liga Árabe com base no modelo estabelecido pelo movimento terceiro-mundista surgido na década de 60. A adesão da esquerda à nova versão foi paulatina e tomou impulso quando a crise da União Soviética entrou em sua fase mais aguda, culminando com a dissolução do regime comunista em 1991. Da década de 80 em diante, e principalmente a partir dos anos 90, o "problema palestino" transformou-se na mais importante causa internacional para o vasto espectro de organizações em que a concepção ideológica de inspiração marxista havia-se dividido.

A instalação da OLP na margem ocidental e em Gaza (1994), conseqüente aos acordos de Oslo (1993) e, antes disso, o desencadeamento da primeira intifada (1987), apresentada pela mídia internacional como a luta desigual entre um Davi armado com pedras e o Golias israelense, deu início ao processo que alcança hoje o nível do paroxismo. O novo Santo Graal da esquerda magnetizou as atenções, com forte presença na mídia, nas associações profissionais (sindicatos e

conselhos), na rede de organizações não governamentais (pacifistas, de direitos humanos, feministas, anti-racistas), nas universidades, em partidos políticos, fóruns, simpósios, reuniões de escritores e onde quer que o anti-americanismo suscite a participação entusiasta de uma platéia ansiosa por manifestar a sua profissão de fé progressista. Ao lado do liberal "bem pensante", alvo da ironia esquerdista nos anos 60, e da figura do "bom burguês", apareceu um novo personagem, o "politicamente correto", que reserva parte de seu tempo livre para a indignação com a injustiça. Seletivamente, isto é, desde que não praticada por governos que se auto-proclamam marxistas e "companheiros de viagem".

A categoria "companheiro de viagem" cai como uma luva para explicar a relação entre a esquerda e o islamismo militante, que preconiza a jihad. A esquerda evita qualquer pronunciamento sobre os 200 mil mortos e os dois milhões de deslocados de Darfur, em que genocídio e limpeza étnica se combinam. A omissão é facilmente explicável. A ditadura sudanesa é islâmica e suas vítimas pertencem a etnias cristãs e animistas. Na medida em que o fundamentalismo islâmico substituiu o comunismo soviético como contrapeso ao poder americano, a esquerda o considera um aliado. Já o cristianismo constitui uma "religião imperialista" e o animismo é politicamente irrelevante. As preocupações humanitárias do campo progressista seguem estritamente uma norma inconfessa: não se aplicam aos que se situam no lado errado do mapa ideológico.

Nas últimas décadas do século XX a esquerda tornou-se a grande caixa de ressonância do anti-sionismo, exercendo um papel similar ao que os partidos políticos de direita haviam tido na difusão da peculiar modalidade de anti-semitismo produzida pelo 3º. Reich. Desse ponto de vista, a esquerda aceita o tratamento discriminatório dado a cristãos e

judeus nos países muçulmanos e não raro seus expoentes justificam os atentados terroristas contra civis desarmados como única forma de resistência possível contra a "ocupação" - da margem ocidental, Gaza, Afeganistão, Iraque. De maneira geral, a *jihad* é interpretada enquanto reação contra a secular opressão ocidental, portanto plenamente justificada. Uma espécie de racismo pelo avesso considera os "brancos" - o "primeiro mundo" - digno(s) de toda e qualquer punição.

Mas como no léxico esquimó, o branco tem gradações. Orwell dizia que há os iguais e os mais iguais. Cinquenta anos depois do Holocausto, Israel passou a ser responsabilizada pelo "sofrimento do povo palestino", exatamente como os judeus haviam sido acusados pelo "sofrimento do povo alemão". O dedo acusador é agora apontado pela outra mão.

O nazismo elaborou a sua versão peculiar de anti-semitismo responsabilizando inicialmente os judeus alemães pelas dificuldades germânicas -- derrota militar, crise econômica, degeneração moral. Na seqüência, ampliou a tese, atribuindo à raça inferior, equiparada aos ratos[1], os males padecidos pela humanidade. Finalmente, estendeu o conceito de raça inferior aos não arianos. No plano político, capitalismo e comunismo foram regimes especialmente visados pelo nazismo, que os associou eletivamente aos judeus. O conceito de espaço vital ("Lebensraum") inicialmente reservou a Europa para os arianos, mas os ideólogos da eugenia ampliaram a jurisdição da sua supremacia racial ao restante do planeta.

O fundamentalismo islâmico começou responsabilizando o sionismo pelo sofrimento árabe em geral. Depois de 1964, quando a OLP foi criada, a vítima por excelência de Israel passou a ser o "povo palestino". Na seqüência, os oradores das mesquitas se comprometeram em chamar os

judeus de "porcos e macacos", atribuindo-lhes os males padecidos pela humanidade. Seguiu-se a proclamação da *jihad* por parte de milícias criadas, amparadas e financiadas pelos regimes do Oriente Médio: o dever de todo muçulmano é converter os infiéis, matar os renitentes e destruir as outras formas de fé e sociedade - o judaísmo, Israel, o cristianismo ("os cruzados") e os regimes políticos ocidentais, nos quais a separação entre estado e religião representa um princípio firmemente estabelecido. Oficialmente, as ditaduras do Crescente consideram que o espaço destinado ao Islã é em princípio o Oriente Médio, mas os imãs o estendem ao restante do mundo.

Os ideólogos da supremacia ariana foram obrigados a admitir certas exceções. O 3º. Reich estabeleceu alianças explícitas ou implícitas com representantes de raças menos puras, como o regime fascista de Benito Mussolini, o islamismo (representado pelo Mufti de Jerusalém, Haj Amin El-Husseini, com quem Hitler encontrou-se pessoalmente em 1941) e o Império Japonês (Pacto Anti-Komintern de 1936).

O Irã e a Síria consolidam laços com a Rússia e a China, cujos governos combatem e/ou oprimem minorias muçulmanas, assim como os regimes militares do Egito e da Síria haviam celebrado acordos com a então União Soviética nos anos 50 e 60, sem por isso deixar (até pelo contrário) de proibir qualquer atividade política de oposição, inclusive (e principalmente) de esquerda.

A segunda guerra mundial foi precedida pela invasão da Tchecoslováquia (1938), a pretexto de defender os direitos da minoria alemã da região dos Sudetos. O Estado de Israel foi invadido em 1948 a mando da Liga Árabe (fundada em 1945 no Cairo, sob a inspiração da Grã-Bretanha), a pretexto de proteger os árabes da então Palestina.

Ao contrário dos alemães governados por Hitler, a minoria germânica dos Sudetos gozava de todos os direitos civis garantidos aos demais cidadãos tchecoslovacos. Ao contrário da população dos demais países do Oriente Médio (e dos demais povos muçulmanos, como o iraniano, o paquistanês, o sudanês), os cidadãos árabes de Israel gozam de todos os direitos civis garantidos aos demais cidadãos israelenses, assim como acontecia com os árabes que residiam na região prevista pela Partilha para o estado judeu.

Os governos europeus do período entre guerras, principalmente França e Grã-Bretanha, fizeram vistas grossas ao rearmamento alemão, proibido pelo Tratado de Versalhes, devido ao discurso anti-comunista do partido nacional-socialista. Tendo fracassado nas sucessivas tentativas de depor o governo comunista nos anos seguintes à tomada de poder pelos bolcheviques, o liberalismo nem por isso desistiu de livrar-se da ameaça. Quando chegou a ocasião, entendeu que a máquina de guerra nazista teria motivação e força suficientes para fazê-lo. Nem as evidências de uma perseguição inaudita aos judeus nem a invasão da Tchecoslováquia interferiram na "Realpolitik" das potências ocidentais. O fim justifica os meios.

A esquerda entende que as violações dos direitos humanos, as ameaças de genocídio, o terrorismo, o caráter abertamente reacionário dos regimes do Oriente Médio, o massacre e a limpeza étnica cometidos em Darfur não devem interferir na sua "Realpolitik", orientada em primeiro lugar para o combate aos interesses americanos, principalmente a globalização. O preço do apoio ao fundamentalismo islâmico, ou seja, a destruição de Israel, torna-se aceitável. É preciso previamente demonizar o sionismo. Que entre Israel e Estados Unidos haja uma aliança ajuda a retratar o estado judeu com tridente, rabo e chifres; que o velho mote

anti-semita associando judeu e dinheiro a uma fonte subterrânea o santimonioso reservatório progressista, fortalecendo a sinonímia entre Israel e capitalismo, melhor ainda. O fim justifica os meios.

A similaridade entre o ideário e a práxis do hitlerismo e do jihadismo é tão evidente que se torna difícil imaginar como a imputação de nazismo possa ser dirigida a Israel. Entretanto, o uso desse qualificativo para designar o sionismo é extremamente freqüente por parte da esquerda, que faz coro com organizações terroristas cujas ações e proclamações oficiais não deixam a menor dúvida quanto à intenção de destruir o estado judeu e eliminar 80% de sua população - coincidentemente, a não árabe. O discurso oficial da esquerda em relação ao conflito do Oriente Médio difere do proferido pelo Hamas e pelo Hezbollah apenas por conter um número menor de pontos de exclamação e não fazer referências a Allah.

Nas versões não "maximalistas", às quais a esquerda moderada (minoritária) declara aderir, a aniquilação dos judeus é substituída pela idéia de um "estado bi-nacional". O modelo mais próximo de um "estado bi-nacional" no Oriente Médio é o Líbano - cuja população, quase cem por cento árabe, divide-se aproximadamente entre muçulmanos e cristãos. A beligerância entre ambos os grupos já causou uma guerra civil cruenta (1975-1990)[2], responsável por cem mil mortes, e se exacerba freqüentemente. A sociedade libanesa é desestabilizada constantemente por assassinatos políticos, escaramuças entre milícias, distúrbios eleitorais, crises econômicas, restrições ao poder governamental e estabelecimento de enclaves autônomos. A referida guerra civil abriu caminho para a intervenção da Síria, que durou 29 anos e ainda permanece de forma velada, embora oficialmente tenha sido encerrada

em 2005. Na seqüência da saída das tropas sírias do território libanês, imposta pela ONU, líderes cristãos proeminentes, como o ex-primeiro ministro Rafic Hariri, foram assassinados.

Um dos resultados mais palpáveis da situação do estado bi-confessional do Líbano é a constante emigração dos cidadãos maronitas (cristãos). Trata-se de um processo de limpeza étnica, praticado pelos muçulmanos, pouco comentado pelos mesmos motivos que explicam a invisibilidade midiática do genocídio de Darfur. A expulsão da população cristã do Líbano acontece a um ritmo mais lento do que a maioria dos processos de limpeza étnica em virtude da intervenção esporádica da França e dos Estados Unidos, o que ajuda a compreender porque as preocupações humanitárias da esquerda estão ausentes do cenário libanês - incluindo o silêncio sobre a *ocupação síria*.

A esquerda, que participou com veemência da condenação ao massacre dos campos de refugiados de Sabra e Chatila (comandado por Elie Hobeika, chefe da milícia cristã falangista, mas atribuído a Sharon), jamais protestou contra o morticínio de civis cristãos cometido por milícias muçulmanas.

Os principais motivos da adesão entusiasta da esquerda ao anti-sionismo podem ser discernidos sem grande dificuldade.

O anti-americanismo ocupa um lugar de destaque. A implosão da União Soviética levou a uma modificação nas concepções professadas pela esquerda, ainda pouco estudada, em que o ódio aos Estados Unidos tomou o lugar da crítica marxista ao capitalismo. O declínio do marxismo teórico e sua destituição do papel orientador que exercia em relação à

práxis das organizações de esquerda devem-se em grande medida à falha de uma previsão célebre - segundo a qual a economia de mercado seria atingida por uma crise fatal em virtude de suas contradições internas, a partir do antagonismo entre a maximização da taxa de lucro e a correspondente pauperização da população.

A guerra fria, iniciada imediatamente após a capitulação do exército alemão, e cujo marco inicial foi a discussão sobre o desenho do novo mapa europeu[3], representou simultaneamente um confronto entre ideologias e estados.

A estratégia do Kremlin, a curto prazo, foi impedir que a supremacia militar ocidental do pós-guerra chegasse ao ponto de ocasionar um desequilíbrio na relação de forças. O poderio americano, baseado no notável desenvolvimento econômico em decorrência do esforço bélico e na incolumidade à devastação, intensificou-se com o desenvolvimento da bomba atômica, resultando numa vantagem considerável já no início da chamada corrida armamentista.

Garantida a estabilidade no terreno militar graças ao equilíbrio nuclear, a certeza de que a economia não planificada sucumbiria às suas contradições internas assegurava que o comunismo venceria a competição com o capitalismo.

Assim, a "convivência pacífica", famosa expressão cunhada por Kruschev em 1959, traduzia o interesse em acomodar os interesses de estado das grandes potências, enquanto a médio ou longo prazo estimava-se que o conflito já tinha um vencedor. No campo da esquerda não havia a menor dúvida de que as férreas leis da economia agiriam de maneira implacável, castigando os desajustes da produção anárquica fundada no princípio da mais valia e da exploração da classe trabalhadora.

O "kruschevismo" substituiu o embate direto preconizado por Stalin por uma competição moderada, em que os conflitos não ultrapassariam certos limites e sobretudo o arsenal nuclear permaneceria estritamente controlado. Eventualmente posta à prova em crises como a dos mísseis cubanos (1962), a convivência pacífica constituiu a pedra angular da relação entre as duas grandes potências durante as quatro décadas da guerra fria.

No terreno econômico-ideológico, porém, o embate não cessou. Krushev aceitou o desafio no campo menos favorável ao regime soviético, competindo na esfera da produtividade e do desenvolvimento científico e tecnológico, associados ao consumo de bens e à corrida espacial. Os novos rumos tomados pelo comunismo soviético acentuaram a crise da esquerda na medida em que questionaram sua escala de valores, culminando com um conflito aberto entre o Kremlin e a China de Mao Tsé Tung. Os partidos comunistas ocidentais dividiram-se segundo as mesmas linhas da cisão ideológica entre as grandes potências comunistas. O maoísmo inspirou diversos grupos dissidentes, de natureza extra-parlamentar, iniciando um movimento que não se deteve antes de gerar concepções mais "puras" e radicais (a linha albanesa, o Khmer Vermelho cambodjano e as guerrilhas nos países do chamado terceiro mundo).

Por essa via, setores da esquerda optaram pela luta armada, adotando posições de vanguarda. Outra tendência seguiu o caminho exatamente oposto. Surgiram assim partidos cujos programas não eram mais tributários de modelos externos, fundamentalmente ideológicos, mas expressavam uma atitude pragmática voltada para a defesa dos interesses imediatos das classes trabalhadoras locais. Esses

movimentos, geralmente de origem sindical e associados aos partidos comunistas da linha russa, acataram as regras do jogo político prevalecentes nas democracias liberais.

O fim do regime soviético, após quase oito décadas de vigência, aprofundou as divergências ideológicas da esquerda. Antes disso, tanto os excessos como o esvaziamento da Revolução Cultural desencadeada em 1966, a morte de Mao Tsé Tung em 1976, a ascensão de Deng Xiaoping e o novo rumo tomado pela China na direção da economia de mercado já haviam acrescentado mais elementos à crise ideológica. O regime comunista albanês, última cidadela do modelo stalinista que sobreviveu às guinadas soviética e chinesa, desfez-se após a morte de Enver Hoxha (1985), que permanecera no poder durante quarenta anos. Na seqüência, uma séria crise econômica levou a Albânia a um princípio de guerra civil.

O conflito armado e os confrontos políticos sempre fizeram parte da tradição militante. A entrada do Exército Vermelho em Berlim (1945), a vitória de Mao Tsé-Tung e expulsão de Chiang Kai Chek para Taiwan (1949), o êxito da guerrilha vietnamita no longo conflito do sudeste asiático (1959-1975), a Revolução Cubana (1959) e o fim do Apartheid sul-africano (1991/1994)[4] constituem marcos heróicos na trajetória histórica da esquerda revolucionária. Entretanto, também houve vitórias de Pirro.

Nos países africanos, a eclosão da violência interna -tribal, étnica, religiosa - eclipsou a tomada de poder pelos movimentos nacionalistas de inspiração marxista. As ditaduras militares decorrentes desses conflitos exerceram (exercem[5]) o poder com a crueldade típica do período

colonial - sem qualquer tipo de intervenção inibidora por parte da URSS e da China, freqüentes patrocinadores e inspiradores desses regimes.

A cisão ideológica e o conflito de interesses entre os gigantes do mundo socialista, que marcaram a última metade do século, representam apenas parcialmente uma crise muito mais vasta, cujos efeitos permitem compreender o papel assumido pelo conflito do Oriente Médio na concepção "progressista". As denúncias sobre o horror dos campos de trabalhos forçados stalinistas[6], a crise entre a União Soviética e a República Popular da China, o massacre da Praça Celestial (1989), a agonia do comunismo russo, o progressivo fechamento político e a burocratização da revolução cubana, as guerras civis nos países africanos e asiáticos emancipados do domínio colonial, a derrota dos movimentos revolucionários latino-americanos inspirados em Sierra Maestra, o desmantelamento dos grupos terroristas europeus (as Brigadas Vermelhas italianas, a gang ou facção Baader-Meinhof), a impopularidade crescente dos partidos comunistas da Europa Ocidental, cada vez menos votados, a queda dos regimes da Europa Oriental e da Albânia, a invasão da Hungria por tropas soviéticas em 1956, a invasão da Tchecoslováquia por tropas soviéticas em 1968, a eclosão da guerra civil iugoslava após a morte de Tito e os massacres do Khmer Vermelho no Camboja também constituem marcos, mas desta vez de uma crise ideológica que impactou fortemente a esquerda, até não deixar pedra sobre pedra das antigas certezas.

Uma grande causa internacional tem tudo para promover a união esfacelada, desviar a atenção de crimes nefastos, afastar a dúvida, recuperar os desgarrados, instilar confiança nas crenças abaladas, angariar adesões, retomar a iniciativa e sobretudo vislumbrar a possibilidade de uma vitória capaz de restaurar a fé no ideal. Desse ponto

de vista, o triunfo das forças de Ho Chi Min no Vietnã cumpriu um papel exemplar.

A guerra fria, situando Israel no campo americano e os regimes militares do Oriente Médio na esfera de influência soviética, preparou o terreno. O nome fetiche "Organização de Libertação da Palestina", adotado segundo os moldes da onomástica terceiro-mundista, destinado a evocar em conjunto o nacionalismo e a revolução, obliterou convenientemente o patrocínio da Liga Árabe (que congrega as ditaduras do Oriente Médio). Mas a fragmentação e a deterioração do ideal socialista, ou a Grande Desilusão, constituiu o fator fundamental que mobilizou ao extremo os corações e as mentes do "campo progressista".

Da mesma forma que a derrota na primeira guerra mundial instalou uma séria crise na Alemanha, favorecendo o surgimento do patriotismo destinado a recuperar o orgulho nacional, cujo primeiro grande êxito foi a culpabilização, discriminação e eliminação de uma minoria desarmada, a esquerda, fragilizada por sucessivas derrotas e sobretudo pelo dogmatismo que as provocou, elege Israel como alvo propício para representar todos os males do capitalismo - consubstanciados no colonialismo, no racismo e na ocupação. Assim como a vulnerabilidade dos judeus encorajou o sadismo nazista, Israel atrai a belicosidade de uma esquerda que se sente humilhada. Na concepção progressista, o diminuto país representa o aspecto frágil do poder americano, uma ilhota de 7 milhões de pessoas no conturbado oceano muçulmano de 200 milhões de habitantes (apenas no Oriente Médio). A destruição do estado judeu torna-se imprescindível para assegurar uma vitória simbólica capaz de restaurar a fé na *vulgata* marxista, após o insucesso da economia de estado no embate contra o modelo baseado no mercado.

Embora se trate de situações bem diferentes, é possível detectar uma semelhança entre as decorrências da derrota germânica na primeira guerra mundial (1914-1918) e do fracasso do regime comunista russo (1917-1991). A classe dominante alemã e as lideranças da esquerda depararam-se com duas possibilidades: mudança ou manutenção das concepções anteriores (militaristas e ideológicas, respectivamente). Em ambos os casos optou-se pela segunda alternativa.

O autoritarismo recorre à desinformação para evitar mudanças tidas como inaceitáveis. O mesmo processo está acontecendo atualmente em relação ao Oriente Médio, colocando em jogo interesses diversos mas convergentes: o das ditaduras locais (manutenção do *status quo*), o da esquerda (oposição principista aos EUA) e o do liberalismo, associado a interesses de estado (petróleo e petrodólares).[7] O anti-sionismo corresponde a uma

[1] A filmografia do 3º. Reich é bastante ilustrativa a esse respeito. Os ratos são perigosos, contaminam, e devem ser extintos para preservar os humanos. Ninguém precisa sentir-se culpado pelo seu extermínio.

[2] Precedida por um confronto violento entre cristãos e sunitas já em 1958, em que as milícias muçulmanas foram respaldadas pela Síria, no âmbito da guerra fria.

[3] O bloqueio terrestre de Berlim por parte da URSS (1948-49) e a Guerra da Coreia (1950-1953) são momentos em que a Guerra Fria quase perdeu esse qualificativo. É de notar que ambos os episódios aconteceram durante a vigência do poder stalinista.

[4] Embora nesse caso a mudança tenha ocorrido por via pacífica e a pressão sobre o regime racista houvesse sido exercida igualmente por americanos e europeus.

[5] Myanmar, ex-Birmânia, governada por um regime militar estreitamente associado à China, política e economicamente, é talvez o caso mais recente da associação entre uma potência comunista e um estado ditatorial repressivo.

[6] O Arquipiélago Gulag foi publicado por Alexander Solhzenitsyn em 1973. Gulag é a sigla, em russo, de "Administração Central dos Campos de Trabalho Correccional".

[7] Neste último caso, gerando uma disputa que envolve principalmente EUA, União Européia, China e Rússia.

Consulte mais sobre esse e outro títulos do autor:

www.franklingoldgrub.com